

# ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS EM MACAPÁ DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO DE JANARY GENTIL NUNES (1943-1955)

Valéria Barbosa Cabral<sup>1</sup>  
Adailson Oliveira Bartolomeu<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo científico teve o objetivo de analisar as edificações públicas durante o período do governo de Janary Gentil Nunes (1943-1955). Para isso buscou-se um debate sobre edificações públicas suas cronologias históricas e características arquitetônicas de construções, abordando uma compreensão sobre os correlatos de edificações na Amazônia, e no restante do Brasil, no período investigado, bem como, compreender as principais edificações públicas do TFA na Gestão de Janari Nunes e as principais construções pública na capital. A realização deste trabalho fundamentou-se em revisão bibliográfica e eletrônica, bem como publicações e dados buscando conceituações sobre a percepção da paisagem urbana, definições, interpretações sobre espaços público-privados em áreas centrais, ampliando o conhecimento acerca dos acontecimentos cotidianos. Foi realizada um estudo qualitativo através da pesquisa bibliográfica, nas bases do Google Acadêmico e de outros periódicos relevantes na linha de pesquisa. Constatou-se que é muito relevante analisar as edificações públicas como objeto de estudo da arquitetura e urbanismo no período do janarismo em Macapá.

Palavras-chave: Edificações públicas. Paisagem urbana. Arquitetura. Urbanismo. Janarismo.

## ABSTRACT

This scientific article aimed to analyze public buildings during the government of Janary Gentil Nunes (1943-1955). For this, we sought a debate on public buildings, their historical chronologies and architectural characteristics of constructions, addressing an understanding of the correlates of buildings in the Amazon, and in the rest of Brazil, in the investigated period, as well as understanding the main public buildings of the TFA in the Management of Janari Nunes and the main public constructions in the capital. The realization of this work was based on bibliographic and electronic review, as well as publications and data seeking conceptualizations about the perception of the urban landscape, definitions, interpretations about public-private spaces in central areas, expanding the knowledge about everyday events. A qualitative study was carried out through bibliographic research, in the bases of Google Scholar and other relevant journals in the line of research. It was found that it is very relevant to analyze public buildings as an object of study of architecture and urbanism in the Janarism period in Macapá.

Keywords: Public buildings. Urban landscape. Architecture. Urbanism. Janarismo.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP.

<sup>2</sup> Docente e Orientador do Curso de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior do Amapá-CEAP.

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos de Lamas (2007), sobre as edificações públicas considera relevante afirmar que, pensar na edificação apenas até quando ela tem sua construção concluída e é entregue ao proprietário, como se fosse se perpetuar no tempo de forma íntegra. Dessa forma, uma edificação, como qualquer objeto, possui uma durabilidade natural que é própria de seus materiais constituintes. Justifica-se pelos fatos que essas edificações estão sujeitas aos desgastes provocados pelo uso e também pela exposição ao ambiente.

Aqui levanta-se o problema de pesquisa do presente trabalho: qual a relevância de analisar-se as edificações públicas como objeto de estudo da arquitetura e urbanismo no período do janarismo em Macapá, estado do Amapá?

No caso das edificações públicas no período do janarismo no Território Federal do Amapá (TFA), objeto dessa pesquisa, essa questão é instigante, dado que suas características estéticas podem servir de referência histórica e cultural, colocando a edificação na posição de elemento simbólico e constitutivo da identidade de um determinado lugar.

No decorrer das décadas de 1940 e 1950 inúmeros projetos oficiais de edificações públicas foram desenvolvidas no TFA, mas Macapá continuava sendo o núcleo pregador- residências, edificações escolares, hospitais, praças urbanas, hospitais, casa de servidores, além de planos urbanísticos. Para o pesquisador Sidney Lobato, a partir de 1947, a nova capital do Amapá, administrada pelo gestor Janary Nunes, adotou estratégias através de projetos mais abrangentes, como as construções de escolas públicas na avenida Fab, do hospital geral de Macapá, e outros órgãos públicos relevantes do que ele chamava “cidade moderna”, uma política adotada pelo Presidente da República Getúlio Vargas.

Os edifícios públicos representam a cultura de uma época e são relevantes fontes de pesquisas e preservação da identidade cultural. São reconhecidos visualmente por suas características de materiais, estética e construtivas. Essa percepção está comumente relacionada ao seu valor histórico, e preocupação do tempo decorrido da construção, ou sua validade cultural para os moradores e populações.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os projetos das edificações públicas do centro de Macapá, implantadas no período da Administração do Governador Janari Nunes, comparando com os relatos de edificações fora do TFA, as construções públicas realizadas nesse tempo histórico no centro macapaense.

A cidade de Macapá, que possui alguns desses exemplares, tem sua história relacionada a sua estratégia de construção em frente ao rio Amazonas. Mas, foi durante o período de Janary Gentil Nunes, em seu governo entre 1943 a 1955, foram construídos espaços públicos e edificações importantes como escolas, hospitais e prédios oficiais que se tornaram referência da cidade. O crescimento foi impulsionado pelo projeto de “desenvolvimentismo” da Amazônia nas construções de grandes obras privadas e públicas.

Fotografias de obras e serviços povoam os relatórios de governo e as páginas do jornal (governamental) Amapá, fazendo ecoar a mensagem de que havia algo a ser reconhecido pelos autóctones. Em abril de 1945, quando esteve na capital federal, o governador do Amapá apresentou ao Presidente Getúlio Vargas e ao então Ministro da Guerra, General Dutra, um álbum de fotos nas quais figurava “o estado de abandono em que encontrou aquela região ao assumir o cargo” e as realizações do seu governo (LOBATO, 2013).

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste trabalho fundamentou-se em revisão bibliográfica bem como publicações e dados buscando conceituações sobre a percepção da paisagem urbana, definições, interpretações sobre espaços público-privados em áreas centrais, ampliando o conhecimento acerca dos acontecimentos cotidianos. A pesquisa apresentou fotografias das apropriações urbanas de cidades e especificamente de Macapá, que buscou refletir e conceituar os principais tipos de mapeamento e da interferência humano no espaço público.

Os critérios de inclusão das publicações foram: os materiais em formas de artigos científicos e monografias publicados em Língua Portuguesa, a partir do ano de 2000 até os dias atuais, com temáticas relacionadas as edificações públicas. A busca e a coleta foram realizadas no mês de fevereiro de 2022. Após a obtenção dos resultados de busca, foram selecionados 08 artigos científicos que foram analisados a partir dos conteúdos abordados sobre “edificações públicas”, “as fotografias como fontes de analisar as edificações”, “Patrimônio cultural e histórico”, “Macapá período do Janarismo” e “projetos de revitalizações em cidades históricas”.

### 1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

O presente artigo foi estruturado em cinco seções. A primeira contempla a Introdução do trabalho, em que se apresentou a relevância do tema na área de arquitetura e urbanismo, a problemática de pesquisa, justificativa, bem como o objetivo geral e objetivos específicos. Apresentou ainda a metodologia para o desenvolvimento de estudo. Após a revisão bibliográfica, buscou-se fontes de jornais, documentos oficiais e publicações de periódicos sobre as edificações públicas relevantes na cidade de Macapá.

A segunda seção apresentou a referencial teórico, em que foram abordados: a análise das edificações públicas no centro de Macapá no período do janarismo; um debate sobre edificações públicas, suas cronologias históricas e características arquitetônicas de construções. Na terceira seção foi abordado uma compreensão sobre os relatos de edificações na Amazônia, e no restante do Brasil, no período investigado e apresentou-se as principais edificações públicas do TFA na Gestão de Janari Nunes. Na quarta seção foram analisadas as principais edificações no centro de Macapá.

## 2 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A arquitetura governamental engloba, basicamente, estabelecimentos públicos. horizontais ou verticais, essas edificações – construídos em geral com aço e concreto –, costumam ser relevantes para a estrutura de uma sociedade. Quando constituídos por mais de um bloco, a ligação entre eles pode ser feita por passarelas. Mais do que funcionalidade, o projeto desse tipo de edificação deve expressar os ideais do órgão que ali será instalado. Uma forte tendência são as construções de conhecimentos técnicos identificados em grandes obras para atender o serviço público. A arquitetura planejada possui suas próprias características no modelo de construção e de materiais utilizados em canteiros de obras (TOSTES, 2006).

Segundo Cantuária et. al. (2010) edificação pública é considerada toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem público. Ela pode ser realizada de forma direta, quando a obra é feita pelo próprio órgão ou entidade da Administração, por seus próprios meios, ou de forma indireta, quando a obra é contratada com terceiros por meio de licitação. Neste caso, são autorizados diversos regimes de contratação.

No contexto atual, os contratos podem ser classificadas em: empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total; empreitada por preço unitário: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas; tarefa: quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais e empreitada integral: quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias (CANTUÁRIA et al, 2010).

Lima (2009, p. 20), entende por edificações públicas, “toda realização material da área de Engenharia e Arquitetura a cargo das administrações municipal, estadual ou federal, executada diretamente por seus órgãos ou indiretamente por seus contratados”. No ramo de edificações: edificações públicas- sedes de governo, repartições públicas, escolas, hospitais, etc. Licitação: procedimento seletivo prévio, do qual dependem os contratos da Administração Pública para realização de obras e serviços, compras e alienação de bens. É o procedimento pelo qual se seleciona a proposta mais vantajosa para contrato de interesse da Administração (LIMA, 2009). É o antecedente necessário ao contrato administrativo. As licitações são regidas pela Lei Federal nº 8666, de 21/06/1993.

### 2.1 CORRELATOS DE EDIFICAÇÕES NA AMAZÔNIA E NO RESTANTE DO BRASIL

O conceito de edificação dita que estas são caracterizadas por casas, prédios, apartamentos, galpões, viadutos, igrejas, ginásios de esportes, fortes, aeroportos, torres de comando, faróis sinalizadores, postos de gasolina, usinas hidroelétricas, usinas nucleares, indústrias, estações de tratamento de água, etc. Enfim, é a forma genérica de se referir a qualquer instalação que como seu propósito final, sirva de abrigo

para desempenhar as mais variadas funções do homem (MORHY, 2018).

Esta autora destaca que, entre o final do século XIX até o início da década de 1950, a Amazônia, especificamente, Pará e Amazonas, apresentavam edificações que abrigava obras públicas e privadas com serviços especializados, e residências da classe média-alta de suas capitais com sobrados e casario ecléticos de uso comercial, misto ou residencial. Exemplo disso foi, Belém do Pará, com a avenida 15 de agosto, localizada na franja do bairro, já possuía praça, teatro, hotel, cafés, quiosques, cinema e clubes, também, de arquitetura eclética. A partir de 1940 inicia-se um processo de transformação na referida avenida, incentivado por políticas públicas da Era Vargas.

Na região sudeste entre a década de 1940 e 1950, o processo de edificações abrangia a moradia, os escritórios de serviços especializados e as instituições públicas. No período varguista, a cidade do Rio Janeiro na gestão do Prefeito Henrique de Toledo Dodsworth (1937- 1945) foram realizados planos de urbanização, entre eles, a abertura da avenida Presidente Vargas “com imposição nos edifícios de galerias para pedestres. A altura dos edifícios ficou limitada a 12 pavimentos, na área circundante à Igreja da Candelária, e 22 pavimentos, no restante da avenida” (LIMA, 2009; TOSTES, 2006).

Outro exemplo, de edificações públicas destacou-se na cidade de São Paulo, que no mesmo período de Belém e Rio de Janeiro, foi elaborado o Plano das Avenidas, acompanhado de leis, decretos e atos, entre eles o Ato nº 663 (do Código Arthur Saboya) e o Decreto-Lei nº 92 de 1941. Conforme Okano (2007, p. 33), “com o Plano, as avenidas ficaram mais largas abrindo espaço para promoção imobiliária e o processo de verticalização. A média das alturas dos edifícios [...] era de 10,9 pavimentos, sendo os mais altos com mais de 20 pavimentos.

Para a pesquisadora Telma Correia (2019), alguns edifícios residenciais de Belém, surgem entre as décadas de 50 e 70, de oito a vinte andares e no panorama genérico tem lugar próprio o Palácio do Rádio (1956), edifício misto comercial/residencial, pioneiro de uma nova concepção no meio urbano belemense: base para comércio, corpo formado por apartamentos pequenos que com frequência servem como escritórios ou consultórios.

De acordo com esta autora o edifício mantém ainda, algumas de suas configurações primitivas, térreo comercial com lojas e cinema. Nos treze andares a circulação contínua une apartamentos, escritórios e consultórios médicos. De concepção semelhante é o edifício Importadora (1954), térreo comercial, nesse caso destinada a um único estabelecimento comercial e nos dez pavimentos, escritórios e consultórios ligados por uma circulação aberta.

## 3 ANÁLISE DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS IMPLANTADAS EM MACAPÁ DURANTE O PERÍODO DO GOVERNO DE JANARY GENTIL NUNES (1943-1955)

Quando se discutem a manutenção de edificações

públicas em centros urbanos o interesse maior deve ser o de descrever com a maior aproximação possível as características arquitetônicas destes espaços, em harmonia com os modelos e teorias projetadas por grandes paisagistas, urbanistas e arquitetos de um período de tempo. Especificamente, o Território Federal do Amapá (TFA), apresenta edificações históricas, que sofreram alterações de características construtivas, nos períodos de administração. O período denominado pelos historiadores de Janarismo é marcado pelas construções e edificações públicas para o projeto de desenvolvimentismo do Presidente Getúlio Vargas para a Amazônia.

As edificações valorizavam os edifícios do conjunto da cidade, a volumetria foi outro ponto marcante de espaços mais largos e as calçadas com dimensões generosas que atendiam a funcionalidade com a rápida integração de seus usuários. As estratégias adotadas pelo capitão Janari, seguiu a linha dos projetos de Vargas caracterizado por um espírito progressista para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, alicerçado nas novas condições de produção e industrialização que constituíram uma cultura arquitetônica nacional, alimentados por um idealismo de arquitetos, políticos, artistas e trabalhadores.

Segundo um artigo do jornalista Ruy Guarany publicado no Jornal Diário do Amapá, no dia 25 de janeiro de 1944, o capitão Janary Gentil Nunes, ao assumir o cargo de Governador do recém-criado Território Federal do Amapá, em sua solenidade se manifestara com um projeto de ligar Macapá a Clevelândia do Norte e de construção de uma “cidade moderna”.

O plano de ação segundo o jornalista foi elaborado pelo próprio governador, Dr. Hermógenes de Lima Filho (Diretor da Divisão de Obras do Amapá e Geraldo Silva (da empresa de mineração Apolo), e que foi aprovado sob a sigla de BR 15. Em relação a BR, como forma de agilizar a execução do projeto, o governo aproveitou a trilha deixada pelo general Cândido Mariano Rondon para a instalação do telégrafo entre Macapá e Porto Grande. Em relação as edificações públicas, o governador investiu principalmente na construção de escolas e departamentos públicos para atender as necessidades da população do Amapá.

Janary Nunes levou à Macapá mão-de-obra especializada para auxiliá-lo na implantação do território, como engenheiros, administradores e professores. Esses profissionais migraram, alguns sozinhos, outros com suas famílias, e formaram a base da classe alta e média da cidade da época, juntamente com os filhos da elite pecuária de Amapá (PORTO, 2014).

De acordo com Sidney Lobato (2009), em 1943, Macapá era a 49ª cidade da Amazônia em população. No fim do governo Janary, em 1955, ela era a quarta cidade da Amazônia em número de habitantes. O aumento populacional e as transformações empreendidas mudaram a feição da cidade. Mas em que consiste esta nova feição? Pode-se dizer, que as construções de edificações públicas determinaram a transformação sofrida pela cidade.

Depois da Fortaleza de São José de Macapá, seguiu-se

a segunda edificação, que iria marcar uma relação de empoderamento cultural, social e econômico marcado pelo Trapiche Eliezer Levy. O trapiche permitia uma relação de “controle” das pessoas sobre a indomabilidade do grande Amazonas, pois permitia um passeio com a família, receber um visitante ou permitir um momento de coexistência entre a terra, o rio e as noites equinociais. Esse condomínio foi ampliado com a construção do complexo turístico da Fortaleza de São José de Macapá que é denominada pelos Macapaenses de “Lugar Bonito” (TOSTES, 2014).

De acordo com este autor nos atos de poder executivo, entre 1943 e 1985, os governadores do TFA apresentaram propostas para serviços de reparos em edifícios históricos através da Divisão de Obras, composta pelos senhores Coronel Adálvaro Alves Cavalcanti, Engenheiro José Aleixo da Silva Lima e o Capitão Francisco Medeiros de Araújo e as empreiteiras: C. I Fonseca Ltda, C. C Carmo Ltda, C. Unidas Ltda, Platon, E. C Ltda e a J. M Costa para definirem as reuniões da proposta de execução de manutenção de serviços na Escola Princesa Izabel, Trapiche Elyezer Levy e outros.

Com base no contexto apresentado, o presente estudo alia a preservação dessas edificações históricas de Macapá e dos regulamentos vigentes na execução das obras.

#### 4 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO TFA NA GESTÃO DE JANARY NUNES

O período em que Janary Nunes governou o TFA é também denominado de “janarista”, e marcou a história do Amapá, sobretudo pelas ações desenvolvidas nas edificações de obras públicas. Por esse fator, estabeleceu-se como problema desta pesquisa: qual a relevância de analisar-se as edificações públicas como objeto de estudo da arquitetura e urbanismo no período do janarismo em Macapá, estado do Amapá?

Para tanto, buscou-se levantar dados, do período entre 1943 a 1958, visando evidenciar se efetivamente ocorreu um projeto de desenvolvimentismo voltado a arquitetura e urbanismo do então Território Federal do Amapá, com base nas primeiras edificações implantadas na gestão de Janary Nunes.

Lobato (2012), em sua pesquisa de campo, evidencia que as edificações do período de Janary Gentil Nunes, no Território Federal do Amapá, foram idealizadas como o “salvador” ou o denominado “paradigma do profeta”, que anunciava o por vir, o futuro, principalmente na construção. No discurso oficial, dos anos de 1940 e 1950, o referido Interventor foi quem salvou o povo amapaense da ignorância, da pobreza, do atraso cultural. Mas, acredita-se que os mitos são fabricados em diversos momentos históricos para atender a determinados interesses, no que se refere as edificações nesse período marcado pela construção de escolas e órgãos públicos.

Para o funcionamento imediato dos serviços públicos, Janary organizou um secretariado assim integrado, com a finalidade de construir edificações públicas para atender os anseios da população do TFA. Ele nomeou o Dr. Arthur de Miranda Bastos como Diretor de Viação e Obras Públicas para analisar e fazer

levantamento das necessidades imediatas e resolver os problemas presente nos municípios distantes da capital Macapá.

Em 1944, Janary visitou todos os núcleos urbanos de Oiapoque, Calçoene, Amapá e Mazagão. Em memórias documentadas, o pesquisador Costa (2020), afirma que entre 1944 e 1951, ele laborou em conjunto com sua equipe a construção de comarcas para as divisões administrativas e judiciárias do TFA. Com a criação de comarcas, houve a necessidade de construir os primeiros grupos escolares em três núcleos distantes da capital: Mazagão, Amapá e Oiapoque. As grandes peculiaridades nesse período foi a falta de engenheiros e arquitetos habilitados para a política de construção de obras públicas e na revitalização das principais vias de deslocamento.

Figura 2 - Grupo Escolar de Calçoene em construção.



Fonte: Arthur Cezar Ferreira Reis

Para o historiador e político Arthur Reis (1994), o governador Janary Nunes adotou uma estratégia de uma política de urbanização, caracterizada nas construções de obras públicas, saneamento básico e na contratação de profissionais na linha de frente na administração pública. As obras de construção e recuperação dos núcleos urbanos, estendeu-se com a abertura da BR- 15 contribuindo para “novos” caminhos na construção de edifícios que abrigassem os vários serviços de administração pública.

O autor citado anteriormente destaca que, entre 1949 e 1954, o Departamento de Viação de Obras Públicas tinha, assim, obrigações vultosas. Os serviços imediatos em Oiapoque, Amapá e Mazagão faziam parte das ações e projeto político de implantação de obras desenvolvidas as necessidades da população destacando-se: iluminação elétrica, arruamento, terraplenagem, construções de grupo escolares, comarcas, postos de saúde e residências aos primeiros servidores distribuídos nesses núcleos urbanos.

O Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, nesse período revela o quão o governador era visionário e conseguiu por meio de uma percepção evolucionária verificar aspectos importantes que davam singularidade a capital. Tostes (2014, p. 32), afirma que “a cidade moderna de Janary é colocada em prática, pois, naquele momento, diferente do que conhecemos hoje, não havia a necessidade de um plano urbano, mas de definir o traçado da cidade”. Ele valorizou o traçado urbano da cidade tendo em vista o

conjunto de observações em relação às questões futuras da capital e do interior.

#### 4.1 AS PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES PÚBLICAS NA CAPITAL

Falar da cidade é inevitavelmente falar da história, do lugar e, principalmente, de seus usuários como participes do enredo que forma a identidade e as características de uma região. Tem sido através da história que os arquitetos tiveram a oportunidade de conhecer mais atentamente o conjunto de lições herdadas do passado, portanto, o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo uniu a prática e a teoria do trabalho do arquiteto (TOSTES, 2014).

De acordo com Tostes (2013, p. 45), “a cidade emerge como um novo objeto do saber histórico, como objeto de preservação profissionais da cidade terão de enfrentar diante dos problemas sociais que a caracterizam e da necessidade de adequarem suas estruturas às novas exigências do desenvolvimento industrial”.

Já Gomes e Pinheiro (2005), trazem reflexões sobre o papel do profissional de arquitetura nas intervenções. Tais reflexões são cruciais para compreender-se o papel desempenhado pelos arquitetos e urbanistas em uma fase extremamente difícil da vida em comunidade, a forma de organização social, não há dúvida de que o entendimento sobre o significado posterior durante toda a trajetória do século XX colocou na tela do debate uma série de questões e preocupação com o fato de relacionar exercício crítico, visando compreender a dinâmica das transformações urbanas e das possíveis intervenções nas cidades.

Na concepção desses autores, é possível dizer, que a relação da proposta urbanista para centros comerciais está totalmente ligada, a visão crítica de grupos sociais ou do poder público. É claro que as intervenções são baseadas no estudo de espaço, explicando a carência de investimentos de projetos para a ampliação do centro comercial apoiado ao código de obras de urbanismo.

Macapá têm enormes carências de investimentos em projetos de urbanização e arborização melhorando as condições climáticas das cidades, isso está diretamente relacionado ao uso excessivo de pavimentações asfálticas, reduzindo a dependência do asfalto e investindo em pavimentos mais baratos e sustentáveis, oportunizando a formação das cooperativas para produzirem o material, gerando inúmeros postos de trabalho. É importante pensar em curto prazo nas mudanças radicais nesses setores, durante o período invernos estas cidades são muito castigadas pelas chuvas. (TOSTES, 2014). A criação do TFA deu a Macapá a condição de tornar-se a capital. Surgiu nesse período um novo projeto de urbanização baseado nas ideias de arquitetos oriundos do Pará.

De acordo com Oliveira (2013, p. 236):

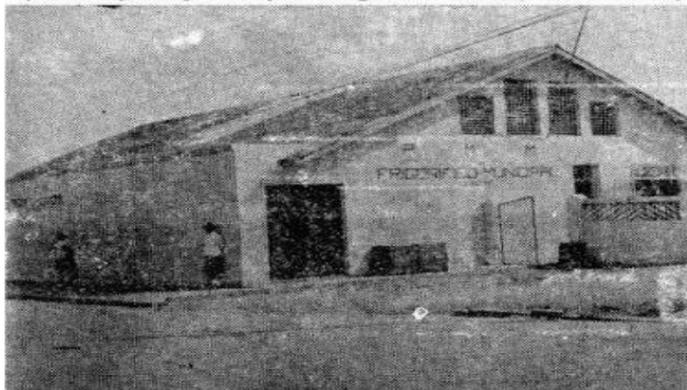
Macapá foi projetada com o modelo de uma nova cidade, a organização obedece à forma retangular, os arquitetos e engenheiros que elaboraram o projeto levaram muito em consideração o aspecto climático, suas consequências e os meios técnicos que poderiam trazer melhores condições de sobrevivência aos seus habitantes. Lamentavelmente, o projeto da cidade, ao

longo dos tempos, sofreu profunda alterações que desnaturaram sua originalidade, acumulando prejuízo e deformações estruturais ao projeto.

É possível registrar, que o acúmulo de prejuízos influenciou na má organização estrutural no centro urbano de Macapá. O primeiro Governador no novo TFA, elaborou com sua equipe administrativa as primeiras construções: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Hospital Geral, Escola Industrial de Macapá, Grupo Escolar Alexandre Vaz Tavares, Escola Doméstica, Macapá Hotel, Construção do Frigorífico de Macapá e a revitalização do Forte de Macapá (Fortaleza de São José de Macapá).

Figura 2-Antigo Frigorífico Municipal de Macapá

(Foto: Reprodução / arq. do amigo Sabá Ataíde, via Facebook)



**Antigo Frigorífico Municipal de Macapá**

Recorte do Jornal Novo Amapá de 1971

<http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/>

Fonte: Arquivo Histórico do Município (2009).

É importante ressaltar que encontram-se registradas nos anais do governo territorial, em seu primeiro relatório de gestão, palavras do Governador Janary:

encontramos na alma da generosa gente amapaense, em todas as ocasiões e até hoje sem receber sequer uma única demonstração de hostilidade ou descontentamento, a viva esperança de ver sua terra melhorada, excepcional boa vontade em auxiliar as iniciativas do Governo, capacidade de transformação invulgar, integrando-se num só pensamento com os seus administradores, quer estimulando-os com amizades e seus aplausos para vencerem os obstáculos, trabalhando onde fosse chamado, quer recebendo em seus lares os recém-chegados, enfim, revelando por mil formas, nítida compressão dos rumos novos que se abriam para o futuro do Amapá.

Lobato (2019) assinala que na década de 1970, a nova área comercial instalou-se nas proximidades do Igarapé, pelo qual foi denominado na década de 1980 de “Doca das Fortalezas”. Nesse local, instalaram-se os barcos, canoas, catraias que atracavam para descarregar produtos oriundos de diversas ilhas do Pará. Apesar das transformações sociais e econômicas, Macapá apresentava na maioria das casas comerciais com características de pequenas casas e chalés, vulgarmente denominado “baiucas”. Eram lojinhas com diversas mercadorias desde do tradicional picolé de carrinho até as confecções.

Essa reestruturação urbana de Macapá ocorreu principalmente no centro urbano, por diversos fatores

como o crescimento do comércio varejista e atacadista. O que se pode dizer que a abertura do comércio para venda de produtos importados efetivou um novo plano urbanístico para Macapá. Décadas anteriores já existiam dezenas de armazéns e farmácias. Posteriormente, a cidade começou a receber um número cada vez maior de migrantes egressos de outros estados do Norte e Nordeste. Enquanto alguns vinham a convites dos comerciantes instalados no centro comercial. Entre os comerciantes destacou-se os libaneses (LOBATO, 2019).

Como afirmado anteriormente, o planejamento urbano macapaense, baseou-se nas atividades econômicas desenvolvidas e nas imposições do Governo Federal. As limitações definidas nos planos diretores e a ocupação irregular e não planejada, causaram uma reestruturação do espaço intraurbano da cidade, caracterizadas pela consolidação do centro de Macapá pela elite administrativo/financeiro e de grupos de comerciantes advindos de outras federações e países.

Por outro lado, transferiu-se trabalhadores assalariados das áreas de expansão para as periferias, onde percebe-se o direcionamento da massa migratória, afastando-a do centro da cidade e formando bairros de classes sociais distintas. A colônia de comerciantes libaneses movimentou a economia local, a força do comércio no centro da cidade era promovida pelos nossos irmãos do Líbano, que ofertaram grande contribuição, juntamente com suas famílias, ao Amapá, à Amazônia e ao Brasil. Uma boa parte dos comerciantes libaneses que aqui chegaram, não se encontra mais em Macapá, entretanto, muitos ainda permanecem trabalhando e contribuindo com a sociedade e com a economia do Estado.

De acordo com Adalberto Júnior Ferreira Paz (2011, p. 33):

A construção de muitas avenidas, ruas e lojas do centro de Macapá se deu pelo projeto de reestruturação urbana. E muitos materiais necessários às obras de reforma e construção eram provenientes do Pará, principalmente de Belém e Abaetetuba. Isso porque o Amapá não dispunha de muitas Olarias ou Serrarias que suprissem essa demanda. Entretanto, os custos com os transportes, frete, a elevação dos preços por conta da distância [...].

O crescimento populacional do Amapá se deu pela a requalificação do centro de Macapá e da “Doca da Fortaleza”, que representava o trabalho e convívio de vários comerciantes. Para Oliveira (2013, p. 246), “a Doca da Fortaleza era como uma espécie de Ver-o-Peso [mercado] do Pará, em Macapá”, nesse local era possível ver diversos bares e botequins em péssimas estruturas físicas”.

Tostes (2014) destaca que no final da década de 1990, o centro urbano macapaense apresentava poucos investimentos em infraestrutura, as condições das casas e casarões históricos, ruas, avenidas e os monumentos estavam em condições precárias. Apesar, do governo estadual manter uma “política de planejamento urbano”, não havia incentivo nos setores de construção civil e urbanismo. Esse descaso consequentemente atingia as classes de trabalhadores, exemplo disso, os ambulantes, que desempenhavam suas atividades

laborais nesse local.

O planejamento do processo de edificações públicas contribuiu para que ocorresse um fenômeno de migração de trabalhadores que vinham das chamadas ilhas paraenses, principalmente, do arquipélago do Marajó do Estado do Pará e de outros Estados da região Nordeste. As ofertas de trabalho foram atribuídas as grandes licitações vencidas pelas empreiteiras que contratavam inúmeros trabalhadores para a construção civil visando a execução de diversas obras públicas, principalmente, grupos escolares (TOSTES. 2014).

Segundo Santos (1998), o Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi inaugurado em 13 de setembro de 1946, sendo a primeira escola de alvenaria de Macapá no estilo neocolonial. Sua primeira denominação foi Grupo Escolar de Macapá. Nas instalações da escola funcionou o primeiro cinema oficial de Macapá, o ex-cine Teatro Territorial, e nos anexos, o serviço de Administração Geral do Ex-TFA. Muito embora a Escola tenha a fachada com características neocoloniais, a edificação formou em conjunto com o espaço público da Praça do Barão do Rio Branco um valor significativo do urbanismo moderno com maior atratividade até o final da década de 1940.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que durante a década de 1940 e 1950 inúmeros projetos oficiais de edificações públicas foram desenvolvidas no Território Federal do Amapá. As arquiteturas dos prédios tinham características neocoloniais, de arcos bem visíveis nas fachadas de grupos escolares tais como: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Santana Rioli, Colégio Amapaense e Grupo Escolar Industrial.

Macapá, a cidade “desenvolvimentista”, do período do Governo de Janary Gentil Nunes apresentou suas peculiaridades, apesar das influências das concepções modernas, evidenciou-se, em particular, nas edificações, que o caráter arquitetônico com pilares, arcos e alicerces eram baseados nos estilos neocoloniais da paisagem urbana de uma Amazônia que privilegiasse seus monumentos de edificações.

Assim, destaca-se que no caso das edificações públicas no período do janarismo no Território Federal do Amapá (TFA), suas características estéticas podem servir de referência histórica e cultural, colocando a edificação na posição de elemento simbólico e constitutivo da identidade de um determinado lugar.

## REFERÊNCIAS

CANTUÁRIA, Eloane; CARVALHO, Eloá; BRITO, Jaqueline; PELAS, Fátima; VASCONCELOS, José; SILVA, Suellen. **Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá: Entre a Cidade Colonial e Modernista**. 2010

GLÓRIA, Etelvina; ROCHA, Fernando; LANDES, Frank; EVANGELISTA FILHO, José. **Trabalho na Sociedade Contemporânea: Trabalho Informal**. Belo Horizonte, 2007.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. s/l: Fundação Fundação Calouste Bulbenkian, 2007.

LIMA, E. F. **Etnografias do Cotidiano: “revitalização” e (re) invenção do Centro Histórico de Aracaju**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964)**. São Paulo, SP, 2019, 239 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP.

MORHY, S.S. **A economia da degradação arquitetônica: o caso do bairro da Campina, Belém/PA**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. f.48.

OLIVEIRA, Adamor de Sousa. **Tesouros de Memória**. Fortaleza: Premius. 360p: il, 2013.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**. - Campinas, SP :[s. n.], 2011

PINHEIRO, Eloísa, GOMES, Marco Aurélio A. de F. **Retraçando percursos: o papel dos seminários de história da cidade e do urbanismo na constituição de um campo de estudos**. In: PINHEIRO, Eloísa P.; GOMES, Marco AURÉLIO A. de F. (Orgs) **A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA/PPG-AU-FAUFBA, 2005.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos. **Revitalização urbana e turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju**

REIS, Arthur César Ferreira. **A valorização da Amazônia. In: A Amazônia que os portugueses revelaram**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo -1943 a 1970**. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maura Leal da. **A (onto) gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto Janarista territorial para o Amapá (1944 – 1956)**, São Paulo, 2007.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP, Manole, 2006.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores do estado do**

**Amapá:** uma contribuição para o desenvolvimento regional. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá-AP, Tostes, 2006.

TOSTES, José Alberto. **Políticas urbanas intervencionistas na Amazônia:** A encruzilhada entre a necessidade e a obrigação. Anais da ANPUR, Belém, 2007.

TOSTES, José Alberto. **Do Tijolo nu ao concreto bruto.** Macapá: UNIFAP, 2014.